



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLEITO DE REVISÃO TARIFÁRIA

DATA: 11 de novembro de 2013 horário: 9:00h

LOCAL: Assembleia Legislativa do RN

Aos onze dias do mês de novembro de 2013 foi realizada às 9:00h, no auditório da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, a audiência pública para tratar do pleito de revisão tarifária reivindicado pela CAERN para o ciclo tarifário de 20013-2017. Compareceram à audiência, conforme lista de frequência anexa, representantes da Prefeitura do Natal, da Agência Reguladora, ARSBAN, da CAERN e demais cidadãos natalenses. O Presidente da audiência pública, Sr. Elias Nunes, Presidente da ARSBAN, abriu a audiência, convidando para compor a mesa o Sr. Albert Josué Neto, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes, SEHARPE, representando o Prefeito de Natal, o Diretor Técnico da ARSBAN, Sr. Aristotelino Monteiro Ferreira, e a administradora da CAERN, Sra. Samara Mendes. Cada um dos membros da mesa tomou a palavra e comentou sobre a relevância da audiência e seu desejo de que transcorresse sem incidentes. Em seguida, o Presidente fez um breve relato sobre o processo de revisão tarifária, sobre a documentação disponível no site da ARSBAN e finalmente sobre o regulamento da audiência, quando os presentes já estariam de posse de cópia deste documento. A audiência declinou da necessidade de leitura do regulamento. Em seguida, conforme previsto, foi dada a palavra à representante da CAERN, Samara Mendes, para que expusesse uma apresentação do estudo realizado pela CAERN, que fundamentou o pleito de revisão tarifária. Na apresentação foram abordados aspectos como marco regulatório, metodologia em parceria com a ARSBAN e CAERN, sustentabilidade econômico-financeira, princípios que norteiam a sustentabilidade econômica, mecanismos de atualização tarifária (reajuste e revisão tarifária), método adotado de custo dos serviços, despesas de exploração, despesas de depreciação, investimento reconhecido, resultado do estudo, cálculo do Índice de Reposicionamento Tarifário, IRT, reajuste de 12%,43, já considerando a inflação de julho de 2013, e investimentos previstos para Natal, durante o ciclo tarifário. Após sua apresentação foi feita a exposição do parecer da ARSBAN, acerca do referido pleito, sob a responsabilidade de seu autor, Sr. Aristotelino Monteiro Ferreira. Na apresentação foram abordados aspectos como o histórico do processo de Revisão Tarifária, a condução participativa do processo, a consistência dos dados apresentados, estudo bem roteirizado e fundamentado, diferenças entre o processo de revisão atual e o anterior, sobretudo com relação às projeções para o futuro, algumas deficiências do estudo, checagem das projeções apresentadas, a começar de 2015, redução do pleito e 10%, a título de fator de produtividade, implicando um reajuste de 11,22%, perspectivas para o próximo pleito de revisão tarifária. Em seguida, o Presidente franqueou a palavra aos presentes à audiência. O Sr. Robério Brandão, morador de Ponta Negra, apresentou um estudo que sinaliza o excesso de tráfego de caminhões na cidade como possível causador de problemas nas tubulações de água submersas, o que poderia acentuar as perdas hídricas verificadas. Falou ainda do desperdício de água por parte dos clientes. Sugeriu finalmente a



manutenção do percentual de 12,47%, reivindicado pela CAERN, justificando que a redução de 10%, proposta pela ARSBAN, prejudicaria a Companhia. Em resposta, o Sr. Isaias Costa Filho, engenheiro da CAERN, ressaltou que as perdas hídricas da CAERN são as mesmas ocorrentes em média do Brasil, que em 2012 foi apresentado à ARSBAN o plano de controle de perdas, que vem sendo aplicado em Natal e no RN, e que tem feito a troca das tubulações em amianto. Samara Mendes esclarece que a CAERN não pode punir o cliente, porque ainda não existe um contrato de adesão que estabeleça os direitos e os deveres dos clientes. O Sr. Aristotelino esclarece que a proposta de redução de 10% visa estimular a Companhia para continuar seus esforços de melhorias nos processos de gestão, eficiência e produtividade. Tais melhorias teriam automaticamente repercussão no aumento de receitas e na diminuição de despesas e dá exemplos como diminuição de perdas hídricas e recuperação de recursos de inadimplentes. Edineusa Jones, membro da Federação de das Entidades Comunitárias e Beneficentes do Rio Grande do Norte, FECEB-RN, comenta que a CAERN não possui uma fiscalização para coibir o desperdício e que falta água nas periferias, justamente nos locais onde a população paga em dia. Josué Neto, da SEHARP comenta que o Plano de Saneamento Básico de Natal, PMSBN, está em processo de conclusão de contratação e nele tudo será discutido, inclusive os assuntos tratados na audiência. Ressalta que o Presidente da CAERN apresenta a empresa como uma empresa da Dinamarca e que vem tendo ganhos significativos e que com o processo de elaboração do PMSBN pede que a CAERN mantenha o mesmo diálogo e que abra as portas para os técnicos da empresa que irá elaborar o plano. Aristotelino ressaltou que a companhia tem se empenhado para melhorar a prestação dos serviços, com a substituição de hidrômetros. Manoel Damasceno, morador de Ponta Negra, questiona se o aumento vai melhorar a prestação do atendimento. Samara Mendes comenta que o reposicionamento repercutirá positivamente na melhoria da prestação dos serviços da CAERN. O Sr. Antônio Barbosa Ferreira indaga porque a taxa de esgoto vem na conta de água. João Carlos de Brito Mainard, consultor da CAERN, esclarece que a taxa de esgoto é calculada a partir do consumo de água. Daniel Lira, advogado da CAERN, indaga sobre qual seria o IRT, caso não houvesse o subsídio do Governo Federal aos investimentos a ser realizados. Alexandre Barbosa, consultor da CAERN coordenador e principal responsável pelo estudo apresentado, professor da UFRN, estima que poderia haver um aumento de cerca de 40% no pleito de revisão tarifária reivindicado pela CAERN, caso os investimentos não tivessem subsídios federais. Aristotelino comentou que se as projeções contidas no estudo não forem atendidas os reajustes futuros, dentro do ciclo tarifário, poderão ser revistos, tanto para mais, quanto para menos. Robério Brandão reforça a não redução do pleito da CAERN. João Bosco da Silva Carvalho, representante da Comunidade do Sarney, na Zona Norte de Natal, comenta que na Comunidade há canos expostos e que nem a Prefeitura nem a CAERN assumem a responsabilidade por esta ocorrência. Paulo Cesar Santos de Oliveira, presidente da FECEB, comenta que esta revisão deveria esperar a elaboração do PMSBN, tendo em vista que o plano vai estabelecer as metas de curto, médio e longo prazo. Aristotelino comenta, em resposta, que, apesar de reconhecer a importância do plano, a ARSBAN não poderia esperar a sua conclusão para atender ao pleito da CAERN, mas ressaltou que o plano irá trazer fundamentais subsídios para as discussões e planejamentos relativos ao setor e que o pleito e o plano não são excludentes, mas sim complementares. Paulo Cesar questiona se a audiência pública é



propositiva ou consultiva. O Presidente da audiência informa que as proposições sugeridas na referida audiência serão avaliadas e eventualmente inseridas na Resolução a ser emitida pela ARSBAN. O Presidente finaliza convidando a todos a comparecer às reuniões de pré-conferências, visando à convocação de delegados para a VI Conferência Municipal de Saneamento Básico de Natal. Cita os locais, as datas e horários das reuniões. Dito isto, encerra a audiência. Eu, Pedro Celestino Dantas Jr., sem nada mais a acrescentar, finalizo a presente ata.

Natal, 14 de novembro de 2013.

Pedro Celestino Dantas Júnior